CF/88. DEVER DE PRESTAÇÃO UNIFICADA DE SAÚDE. FÁRMACOS NECESSÁRIOS AO TRATAMENTO DE DOENÇA. GARANTIA CONSTITUCIONAL. PRECEDENTES DESTA CORTE E DO E. STJ. INTELIGÊNCIA DA SÚMULA 65 DO TJRJ. NÃO HÁ VIOLAÇÃO AO PRINCÍPIO DA SEPARAÇÃO DOS PODERES, POIS COMPETE AO PODER JUDICIÁRIO PRESTAR A TUTELA JURISDICIONAL, QUANDO A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA SE OMITI NA CONCRETIZAÇÃO DE SEUS DEVERES CONSTITUCIONAIS, ESPECIFICAMENTE NO TOCANTE À PROMOÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS NECESSÁRIAS RELACIONADAS AO DIREITO À SAÚDE. DIREITO CONSUBSTANCIADO NO PRINCÍPIO DA DIGNIDADE HUMANA E DO MÍNIMO EXISTENCIAL QUE PREVALECE, IN CASU SOBRE A TESE DA RESERVA DO POSSÍVEL. AUSÊNCIA DE DEMONSTRAÇÃO PELO RECORRENTE DE QUALQUER DESRESPEITO À TEORIA DA RESERVA DO POSSÍVEL. INTELIGÊNCIA DA SÚMULA 241 DO TJRJ. DECISÃO LIMINAR QUE, DIANTE DE SUA NATUREZA PRECÁRIA, PODE SER REVOGADA OU MODIFICADA A QUALQUER TEMPO. POR OUTRO LADO, EVENTUAL INDEFERIMENTO DA LIMINAR PRETENDIDA, ACARRETARÁ NA PIORA DO ESTADO DE SAÚDE DA AUTORA. RAZOABILIDADE DO PRAZO IMPOSTO PARA O CUMPRIMENTO DA MEDIDA. PRECEDENTES DESTA CORTE. RECURSO A QUE SE NEGA PROVIMENTO. Conclusões: POR UNANIMIDADE, NEGOU-SE PROVIMENTO AO RECURSO, NOS TERMOS DO VOTO DO DES. RELATOR.

007. APELAÇÃO 0009732-79.2013.8.19.0087 Assunto: Cobrança de Quantia Indevida / Responsabilidade do Fornecedor / DIREITO DO CONSUMIDOR Origem: SAO GONCALO 5 VARA CIVEL Ação: 0009732-79.2013.8.19.0087 Protocolo: 3204/2017.00697623 - APELANTE: INSTITUTO DE PREVIDENCIA E ASSISTENCIA DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE SÃO GONÇALO ADVOGADO: VALFRAN DE AGUIAR MOREIRA OAB/RJ-173848 APELADO: FRANCISCO ALEXANDRINO DA SILVA ADVOGADO: JOÃO ALEXANDRE FERREIRA JUNIOR OAB/RJ-059290 ADVOGADO: EMANUELLE GOMES FERREIRA PEREIRA OAB/RJ-177581 **Relator: DES. FERNANDO FERNANDY FERNANDES** Ementa: APELAÇÃO CÍVEL. APELAÇÃO CÍVEL. DESCONTO INJUSTIFICADO NO CONTRACHEQUE DO AUTOR (SERVIDOR APOSENTADO), PRIVANDO-O DE 1/3 DE SUA RENDA MENSAL. DANO MORAL CONFIGURADO. PESSOA IDOSA. LESÃO DE CARÁTER EXTRAPATRIMONIAL QUE SUPERA O MERO ABORRECIMENTO. QUANTUM REPARATÓRIO FIXADO COM BASE NOS PRINCÍPIOS DA RAZOABILIDADE E PROPORCIONALIDADE. SENTENÇA QUE SE CONFIRMA EM SEDE RECURSAL. APELAÇÃO A QUE SE NEGA PROVIMENTO. Conclusões: POR UNANIMIDADE, NEGOU-SE PROVIMENTO AO RECURSO, NOS TERMOS DO VOTO DO DES. RELATOR.

008. APELAÇÃO 0000159-32.2016.8.19.0048 Assunto: Indenização Por Dano Moral - Outros / Indenização por Dano Moral / Responsabilidade Civil / DIREITO CIVIL Origem: RIO DAS FLORES VARA UNICA Ação: 0000159-32.2016.8.19.0048 Protocolo: 3204/2017.00702027 - APELANTE: BIANCA MYRRHA DE SOUZA ADVOGADO: CARMELITA DOS SANTOS ROCHA OAB/RJ-073140 APELADO: SORAIA FURTADO DA GRAÇA ADVOGADO: GETULIO FARINA DE ALMEIDA OAB/RJ-086855 ADVOGADO: CLAUDIA REJANE PIRES DURCO OAB/RJ-076132 **Relator: DES. FERNANDO FERNANDY FERNANDES** Ementa: APELAÇÃO CÍVEL. RESPONSABILIDADE CIVIL. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO. MENSAGENS OFENSIVAS POSTADAS POR MEIO DA REDE SOCIAL "FACEBOOK". PARTE RÉ QUE CONFIRMA EM SEU DEPOIMENTO EM JUÍZO QUE DESTINOU OS COMENTÁRIOS À DEMANDANTE. DANOS EXTRAPATRIMONIAIS CONFIGURADOS, ANTE A CARACTERIZAÇÃO DE OFENSA AOS DIREITOS DA PERSONALIDADE DA AUTORA. VALOR ARBITRADO EM MONTANTE ADEQUADO. APELAÇÃO A QUE SE NEGA PROVIMENTO. Conclusões: POR UNANIMIDADE, NEGOU-SE PROVIMENTO AO RECURSO, NOS TERMOS DO VOTO DO DES. RELATOR.

009. APELAÇÃO 0006491-79.2000.8.19.0014 Assunto: Cobrança de Tributo / Dívida Ativa / DIREITO TRIBUTÁRIO Origem: CAMPOS DOS GOYTACAZES CENTRAL DA DÍVIDA ATIVA Ação: 0006491-79.2000.8.19.0014 Protocolo: 3204/2017.00688767 - APTE: MUNICÍPIO DE CAMPOS DOS GOYTACAZES PROC.MUNIC.: MANUELLA SOARES NUNES APDO: CONSTANTINO FERREIRA ALVES **Relator: DES. FERNANDO FERNANDY FERNANDES** Ementa: APELAÇÃO CÍVEL. EXECUÇÃO FISCAL. PRESCRIÇÃO DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO. IPTU REFERENTE AOS EXERCÍCIOS DE 1995 a 1999. Na execução fiscal ajuizada anteriormente à vigência da Lei Complementar nº. 118/2005, aplica-se o comando normativo do art. 174 do CTN, conforme a sua redação anterior, considerando como causa interruptiva do prazo prescricional para a cobrança do crédito tributário a citação pessoal do executado. RECURSO A QUE SE NEGA PROVIMENTO. Conclusões: POR UNANIMIDADE, NEGOU-SE PROVIMENTO AO RECURSO, NOS TERMOS DO VOTO DO DES. RELATOR.

010. APELAÇÃO 0020104-23.2016.8.19.0042 Assunto: Indenização por Dano Material / Responsabilidade do Fornecedor / DIREITO DO CONSUMIDOR Origem: PETROPOLIS 2 VARA CIVEL Ação: 0020104-23.2016.8.19.0042 Protocolo: 3204/2017.00712436 - APELANTE: SOCIEDADE DE ENSINO SUPERIOR ESTÁCIO DE SÁ LTDA. ADVOGADO: RAFAEL DE ABREU BODAS OAB/RJ-104448 APELADO: ALINE SILVA TARDELLI ADVOGADO: RODRIGO TEIXEIRA BELIGOLLI OAB/RJ-166759 **Relator: DES. FERNANDO FERNANDY FERNANDES** Ementa: APELAÇÃO CÍVEL. DIREITO DO CONSUMIDOR. AÇÃO INDENIZATÓRIA. SENTENÇA DE PROCEDÊNCIA QUE MERECE REFORMA. PERÍODO LETIVO QUE É PAGO POR SEMESTRALIDADE E NÃO POR MENSALIDADE. FORMA DE PARCELAMENTO DO PAGAMENTO DO CURSO SE DÁ POR OPÇÃO DO ALUNO. CONTEÚDO PROGRAMÁTICO QUE FOI MINISTRADO INTEGRALMENTE DENTRO DO PERÍODO LETIVO. ATRASO NO COMEÇO DAS AULAS QUE NÃO EXIME O ALUNO DE PAGAR PELAS MATÉRIAS EFETIVAMENTE CURSADAS. PRECEDENTES DO TJRJ. RECURSO AO QUAL SE DÁ PROVIMENTO PARA JULGAR IMPROCEDENTE O PEDIDO AUTURAL. Conclusões: POR UNANIMIDADE, DEU-SE PROVIMENTO AO RECURSO, NOS TERMOS DO VOTO DO DES. RELATOR.

011. APELACAO / REMESSA NECESSARIA 0004819-83.2016.8.19.0011 Assunto: Antecipação de Tutela / Tutela Específica / Processo e Procedimento / DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO Origem: CABO FRIO 3 VARA CIVEL Ação: 0004819-83.2016.8.19.0011 Protocolo: 3204/2017.00696856 - APTE: ESTADO DO RIO DE JANEIRO PROC. EST.: ANDRE LUIZ DA ROCHA MARQUES CID MAIA APDO: ORLANDO SILVESTRE DOURADO ADVOGADO: DEFENSORIA PUBLICA OAB/DP-000004 APDO: MUNICÍPIO DE CABO FRIO PROC.MUNIC.: CARLOS ALEXANDRE S DE ANDRADE **Relator: DES. FERNANDO FERNANDY FERNANDES** Funciona: Ministério Público e Defensoria Pública Ementa: APELAÇÃO CÍVEL. DIREITO ADMINISTRATIVO. DIREITO À SAÚDE. MEDICAMENTOS. SENTENÇA DE PROCEDÊNCIA. APELO DO ENTE ESTADUAL NO SENTIDO DE QUE O MEDICAMENTO NÃO SE ENCONTRA INCORPORADO ÀS LISTAS DO PROGRAMA DE MEDICAMENTOS DO SUS, OFERECENDO ALTERNATIVAS COM A MESMA EFICÁCIA. MATÉRIA QUE É OBJETO DE RECURSO ESPECIAL Nº 1.657.156/RJ, AFETADO SOB O RITO DOS RECURSOS REPETITIVOS. TEMA N.º 106: "OBRIGATORIEDADE DO PODER PÚBLICO DE FORNECER MEDICAMENTOS NÃO INCORPORADOS EM ATOS NORMATIVOS DO SUS." DETERMINAÇÃO DE SUSPENSÃO NACIONAL DE TODOS OS PROCESSOS PENDENTES, INDIVIDUAIS OU COLETIVOS, NA FORMA DO ART. 1.037, II, CPC. SUSPENSÃO DO FEITO QUE SE IMPÕE. Conclusões: POR UNANIMIDADE, SUSPENDEU-SE O RECURSO, NOS TERMOS DO VOTO DO DES. RELATOR. PRESENTE A DEFENSORA PÚBLICA, DRA. FÁTIMA BESSA.